



CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE CARGOS DE TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

Edital Nº 63/2015, de 04 de maio de 2015

CADERNO DE QUESTÕES

» CÓDIGO 05 «

Auxiliar em Assuntos Educaçãoais

NÍVEL C

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- Este caderno tem um total de 50 (cinquenta) questões, distribuídas da seguinte forma:
Questões de 01 a 15: Língua Portuguesa;
Questões de 16 a 25: Legislação do Serviço/Servidor Público Federal;
Questões de 26 a 30: Noções de Informática;
Questões de 31 a 50: Conhecimentos Específicos.
- Verifique se este caderno está completo.
- Para cada questão, são apresentadas cinco alternativas de resposta (a, b, c, d, e), sendo que o candidato deverá escolher **apenas uma** e, utilizando **caneta esferográfica de corpo transparente na cor azul ou preta**, preencher o círculo (bolha) correspondente no cartão-resposta.
- As respostas das questões deverão, obrigatoriamente, ser transcritas para o cartão-resposta, que será o único documento válido utilizado na correção eletrônica.
- Verifique se os dados constantes no cartão-resposta estão corretos e, se contiver algum erro, comunique o fato imediatamente ao aplicador/fiscal.
- O candidato terá o **tempo máximo de 04 (quatro) horas** para responder a todas as questões deste caderno e preencher o cartão-resposta.
- **Não haverá substituição** deste caderno nem do cartão-resposta, sob qualquer hipótese.
- Não serão dadas explicações durante a aplicação da prova.

BOA PROVA!

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

» Auxiliar em Assuntos Educacionais - CÓDIGO 05 «

TEXTO I

CANTO

Catulo da Paixão Cearense

Levei três mês escavando
Uma cacimba bem funda,
Pra meu roçado moiá!
Mas porém, já tão cansado,
Pru mais que a terra escavasse,
Não achei d'água siná!

Há muito tempo, cabôca,
Com a enxada da minha mágoa,
Eu cavo em teu coração,
Em teu coração tão seco,
Que não dá um pingo d'agua,
Nem um só, pru compaixão!

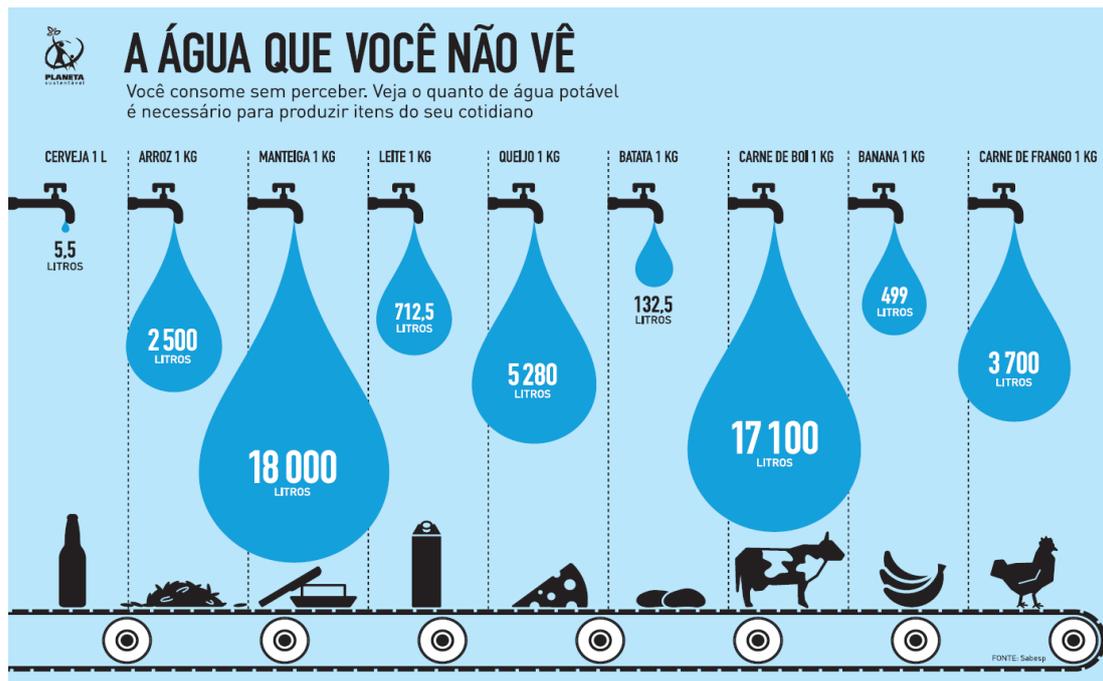
Há muito tempo o roçado
Já morreu esturricado!
Já não sabe o que é pená!
E a minha dor inda cava
Na cacimba do teu peito...
E continua a cavá!

(Disponível em: <http://blogdomimica.blogspot.com.br/p/catulo-da-paixao-cearense.html>. Acesso em: 05 jun. 2015.)

1. A filiação do Texto I ao gênero poema se justifica por
 - a) utilizar períodos curtos.
 - b) não obedecer a regras de gramática.
 - c) estar escrito na forma de versos.
 - d) utilizar linguagem no sentido figurado.
 - e) apresentar incoerência entre os versos.

2. No poema, a cacimba e o coração da amada se assemelham, já que ambos
- não fornecem o retorno esperado.
 - possuem o mesmo objeto de desejo.
 - são frutos das duras condições de vida das mulheres do sertão.
 - localizam-se geograficamente no mesmo espaço.
 - representam uma realização voltada à coletividade.
3. O termo destacado no verso “E minha dor inda cava” representa:
- Solidão.
 - Desilusão.
 - Esperança.
 - Sofrimento.
 - Arrependimento.

TEXTO II



(Disponível em: <http://vivoverde.com.br/diadaagua-a-agua-que-voce-nao-ve>. Acesso em: 05 jun. 2015.)

4. Utilizando-se de linguagem verbal e não verbal, o Texto II tem a principal intenção de:
- Divertir.
 - Informar.
 - Censurar.
 - Aconselhar.
 - Reivindicar.

5. Considerando a distribuição dos elementos na imagem, é CORRETO afirmar que, a fim de garantir a sustentabilidade, torna-se mais viável a produção de:
- a) Frutas.
 - b) Cereais.
 - c) Derivados do leite.
 - d) Animais de grande porte.
 - e) Animais de pequeno porte.
6. Assim como a forma verbal destacada em “A água que você não vê”, todos os verbos abaixo admitem, em sua conjugação, alguma ocorrência de duplicação de vogal, EXCETO:
- a) Ler.
 - b) Dar.
 - c) Ter.
 - d) Crer.
 - e) Descrer.

Considere a passagem a seguir, extraída do Texto II, para responder às questões 7 e 8:

“Você consome sem perceber. Veja o quanto de água potável é necessário para produzir itens do seu cotidiano.”

7. Substituindo a expressão “o quanto de” por “a quantidade de”, tem-se CORRETA, em relação à norma culta, a seguinte estrutura:
- a) água potável que é necessário.
 - b) água potável que é necessária.
 - c) água potável que são necessário.
 - d) água potáveis que são necessárias.
 - e) águas potáveis que são necessárias.
8. Assim como o vocábulo “itens”, também não recebe acento gráfico:
- a) Polen.
 - b) Onus.
 - c) Bonus.
 - d) Hifens.
 - e) Totens.

TEXTO III



(Disponível em: <http://tirasarmandinho.tumblr.com/>. Acesso em: 05 jun. 2015.)

9. De acordo com o Texto III:

- a) As revistas de entretenimento não se constituem fonte de leitura.
- b) As revistas não costumam evidenciar a relação entre desmatamento e falta de água.
- c) As tirinhas direcionadas aos adultos geralmente tratam de relacionamentos amorosos.
- d) A relação entre pais e filhos é determinada pelo conteúdo das revistas de entretenimento.
- e) As revistas que tratam do mundo dos famosos não contribuem com temas relevantes à preservação da vida.

10. Em relação ao comentário da criança, a informação sobre o relacionamento dos famosos caracteriza-se como:

- a) Coerente.
- b) Supérflua.
- c) Relevante.
- d) Oportuna.
- e) Redundante.

TEXTO IV

5 Quem nunca saiu correndo para buscar um copo de água com açúcar, na esperança de acalmar aquele amigo à beira de um ataque de nervos? Ao que tudo indica, o esforço foi em vão. A ideia de que colocar açúcar transforma água em sedativo não faz sentido: açúcar fornece energia para o corpo, e isso nada tem de sedativo. Aqui, entra em cena o famoso efeito placebo: a pessoa que toma a mistura acredita que vai ficar mais tranquila – e acaba ficando mesmo. Mas há quem veja um fundo de verdade no mito. "Pessoas ansiosas tendem a precisar de um aporte maior de serotonina, um neurotransmissor responsável pela sensação de prazer e bem-estar. E o açúcar favorece a liberação de serotonina", diz o médico Durval Ribas Filho, presidente da Associação Brasileira de Nutrologia. Agora, se quiser garantir o efeito calmante, melhor mesmo misturar o açúcar com chá de camomila ou erva-cidreira. Esses, sim, deixam a pessoa calminha, calminha. (Disponível em: <http://super.abril.com.br>. Acesso em: 23 mai. 2015).

10 **11.** De acordo com o Texto IV:

- a) O efeito placebo decorre da quantidade da mistura ingerida.
- b) A mistura de água com açúcar pode funcionar em algumas pessoas.
- c) Os chás, diferentemente da água com açúcar, provocam o efeito placebo.
- d) O efeito tranquilizante é garantido pela ingestão de açúcar não industrializado.
- e) A ingestão da mistura água e açúcar é danosa ao organismo, já que aumenta o nível de glicose.

12. Assim como na frase “acalmar aquele amigo à beira de um ataque de nervos?”, também deve ocorrer crase em:

- a) A mistura deve ser administrada gota a gota.
- b) A substância a que me refiro é tranquilizante.
- c) Os chás só devem ser administrados a pedido.
- d) O açúcar está associado a liberação de serotonina.
- e) Há pessoas alérgicas a diversas substâncias presentes no chá.

13. Na passagem “se quiser garantir o efeito calmante”, a palavra “se” indica:

- a) Pedido.
- b) Certeza.
- c) Hipótese.
- d) Gradação.
- e) Necessidade.

- 14.** Em relação à pontuação utilizada no Texto IV, é CORRETO afirmar:
- a) As aspas são utilizadas para indicar o sentido figurado das expressões técnicas.
 - b) Em “Esses, sim, deixam a pessoa calminha”, a vírgula presta-se a isolar um vocativo.
 - c) Os dois pontos, utilizados na linha 3, poderiam ser retirados, sem prejuízo sintático-semântico ao texto.
 - d) No trecho “o famoso efeito placebo: a pessoa que toma a mistura [...]” os dois pontos introduzem uma explicação à expressão anterior.
 - e) Em “[...] energia para o corpo, e isso nada tem de sedativo”, a vírgula é desnecessária, já que o conectivo “e” dá a ideia de adição.
- 15.** No trecho “Aqui, entra em cena o famoso efeito placebo”, o termo em destaque
- a) aponta para uma informação específica no texto.
 - b) refere-se a uma informação que se encontra fora do texto.
 - c) indica, com precisão, o espaço utilizado para a produção do texto.
 - d) estabelece uma ideia de oposição com o enunciado imediatamente anterior.
 - e) possui sentido equivalente ao termo destacado em “Agora, se quiser garantir o efeito calmante...”

LEGISLAÇÃO DO SERVIÇO/SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL

» Auxiliar em Assuntos Educacionais - CÓDIGO 05 «

16. De acordo com o artigo 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, EXCETO:
- Salário mínimo, fixado em lei.
 - Redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.
 - Adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei.
 - Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
 - Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e dez dias.
17. Quanto à estabilidade do servidor público, prevista no art. 41 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale a alternativa CORRETA:
- São estáveis após dois anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo, em virtude de concurso público.
 - O servidor público estável perderá o cargo, em virtude de prisão preventiva por crime contra a administração pública.
 - Caso a demissão do servidor estável seja invalidada por sentença judicial, ele poderá ser reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, ainda que em estágio probatório, será reconduzido ao cargo de origem, com direito a indenização.
 - Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
 - Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração integral, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
18. Quanto aos artigos 225 ao 232 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que tratam da ordem social, assinale a alternativa INCORRETA:
- Incumbe ao poder público preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético.
 - Incumbe ao poder público promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.
 - Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de prover a educação dos pais analfabetos na velhice.
 - É garantido constitucionalmente o acesso do trabalhador adolescente e jovem à escola.
 - O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

19. Nos termos descritos no artigo 316 do Código Penal, se o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, tal ato será imputado como:
- a) Excesso de exação.
 - b) Concussão.
 - c) Corrupção passiva.
 - d) Corrupção ativa.
 - e) Peculato.

20. Com base nos artigos 9º, 10 e 11 da Lei nº 8.429/1992, associe as duas colunas a seguir, relacionando os atos de improbidade administrativa com suas respectivas classificações:

- | | | |
|---|-----|---|
| A. Negar publicidade aos atos oficiais. | () | Importa em enriquecimento ilícito. |
| B. Frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente. | () | Causa prejuízo ao erário. |
| C. Usar, em proveito próprio, bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial de uma autarquia. | () | Atenta contra os princípios da Administração Pública. |

A sequência CORRETA, respectivamente, é:

- a) A, B, C.
 - b) B, A, C.
 - c) C, B, A
 - d) C, A, B.
 - e) B, C, A.
21. De acordo com o disposto nos artigos 1º a 8º da Lei nº 8.492/1992 quanto à lesão ao patrimônio público e ao enriquecimento ilícito decorrente de ato de improbidade administrativa, assinale a alternativa CORRETA:
- a) No caso de enriquecimento ilícito, perderá o agente público os bens ou valores de seu patrimônio, até o limite de cem vezes a remuneração do cargo.
 - b) A autoridade administrativa deverá promover a indisponibilidade dos bens do indiciado, para garantir o ressarcimento ao erário e eventual sanção de multa civil.
 - c) A indisponibilidade recairá sobre bens que assegurem o ressarcimento do dano, o acréscimo patrimonial resultante do enriquecimento ilícito e o valor cominado pela sanção de multa civil, até o limite de cem vezes a remuneração do cargo.
 - d) Ocorrendo lesão ao patrimônio público por omissão culposa de terceiro beneficiado, dar-se-á o ressarcimento do dano, até o limite de cem salários mínimos.
 - e) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações desta lei até o limite do valor da herança.

22. De acordo com os artigos 5º a 8º da Lei nº 8.112/1990, no que se refere ao provimento de cargos públicos, analise as alternativas a seguir, marcando V para o que for Verdadeiro, e F, para o que for Falso:

- () Para as pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público, podendo lhes ser reservado 2% (dois por cento) das vagas oferecidas.
- () Por se tratar de servidores públicos federais, o provimento dos cargos públicos far-se-á mediante ato da autoridade competente de cada Poder.
- () A recondução é uma forma de provimento de cargo público.
- () A aptidão física é requisito básico para investidura em cargo público.

A sequência CORRETA é:

- a) V, V, V, V.
- b) V, F, V, F.
- c) F, V, F, F.
- d) V, V, F, V.
- e) F, F, V, F.

23. A Lei nº 8.112/1990 estabelece vantagens pagas ao servidor. Com base nos artigos 49 a 75, é CORRETO afirmar que:

- a) Além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor indenizações, gratificações, adicionais e gorjetas.
- b) Tanto ajuda de custo quanto diárias, transporte e auxílio-moradia constituem possíveis indenizações pagas ao servidor público federal.
- c) O serviço noturno, prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte, terá o valor-hora acrescido de 20% (vinte por cento).
- d) O servidor que receber diárias e não se afastar da sede, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir do recebimento do valor no contracheque do mês subsequente.
- e) Haverá controle anual da atividade de servidores em operações ou locais considerados penosos, insalubres ou perigosos.

24. Quanto ao regramento jurídico da acumulação de cargos públicos trazido pelos artigos 118 a 120 da Lei nº 8.112/1990, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Ressalvados os casos previstos na Constituição, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos.
- b) A proibição de acumular estende-se a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios.
- c) A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.
- d) Considera-se acumulação proibida a percepção de vencimento de cargo ou emprego público efetivo com proventos da inatividade, salvo quando os cargos de que decorram essas remunerações forem acumuláveis na atividade.
- e) O servidor que acumular lícitamente dois cargos em comissão perceberá a remuneração integral de ambos.

- 25.** Nos termos descritos no inciso XXII do Decreto nº 1.171/1994 a pena aplicável ao servidor público pela Comissão de Ética é a de:
- a) Advertência por escrito.
 - b) Censura.
 - c) Suspensão por cinco dias.
 - d) Demissão.
 - e) Suspensão por quinze dias.

INFORMÁTICA

» Auxiliar em Assuntos Educacionais - CÓDIGO 05 «

26. Considere as seguintes proposições:

- I. O *mouse* é um dispositivo de entrada.
- II. A caneta óptica é um dispositivo de saída.
- III. O leitor biométrico é um dispositivo de entrada.
- IV. A câmera de vídeo integrada *em notebooks* é um dispositivo de saída.

Está CORRETO o que se afirma em:

- a) I e III, apenas.
- b) I e IV, apenas.
- c) II e IV, apenas.
- d) I, II e IV, apenas.
- e) I, II, III, IV.

27. Sobre o sistema operacional Linux, marque a alternativa CORRETA:

- a) O *Linux* é um sistema operacional de código aberto e pode ser vendido e comercializado.
- b) O *Linux* é um sistema operacional voltado para servidores, dessa forma, ele não possui interface gráfica.
- c) O *Linux* é um *software* proprietário, tendo a empresa CANONICAL como detentora de seus direitos de comercialização.
- d) O editor de texto padrão do *Linux* é o *Microsoft Word*.
- e) O *Linux* é um sistema inseguro. Por esse motivo, ele é pouco utilizado.

28. Sobre as suítes de escritório *Office* e *LibreOffice*, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O *Writer* é o aplicativo da suíte *Office* responsável pela edição de texto.
- b) O aplicativo *PowerPoint* pertence à suíte *Office* e é responsável pela criação e edição de planilhas eletrônicas.
- c) O *Excel* é o principal aplicativo de planilha eletrônica da suíte de escritório da *Microsoft*.
- d) O aplicativo *Impress* não suporta o recurso de animações na transição de slides.
- e) É impossível gerar um PDF a partir de um documento no *LibreOffice* sem a instalação de um *software* adicional.

29. Considerando o serviço de mensagem eletrônica (email), assinale a alternativa CORRETA:

- a) O campo CCO de um email, também conhecido como “Cópia Oculta”, permite ao remetente enviar uma cópia da mensagem para uma ou mais pessoas sem que o destinatário principal (campo PARA) tenha conhecimento.
- b) Não é possível enviar um email em que o destinatário da mensagem é o próprio remetente.
- c) É impossível anexar o conteúdo de uma unidade USB removível.
- d) É possível ter mais de um remetente em uma única mensagem.
- e) É necessário ter um servidor em execução na máquina do usuário para que a mensagem seja enviada corretamente.

30. Assinale a alternativa que representa o nome de um equipamento de rede.

- a) Leitor biométrico.
- b) *Switch*.
- c) DHCP.
- d) VPN.
- e) Filtro de linha.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

» Auxiliar em Assuntos Educacionais - CÓDIGO 05 «

- 31.** Quanto à Lei nº 8.069/90 em vigor, que trata dos Crimes e das Infrações Administrativas e suas respectivas penas, no que se refere aos artigos do capítulo I, assinale a alternativa CORRETA:
- a) Art. 230. Privar a criança ou o adolescente de sua liberdade, procedendo à sua apreensão sem estar em flagrante de ato infracional ou inexistindo ordem escrita da autoridade judiciária competente: Pena - detenção de seis meses a quatro anos.
 - b) Art. 232. Submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento: Pena - detenção de seis meses a dois anos.
 - c) Art. 234. Deixar a autoridade competente, sem justa causa, de ordenar a imediata liberação de criança ou adolescente, tão logo tenha conhecimento da ilegalidade da apreensão: Pena - detenção de seis meses a um ano.
 - d) Art. 236. Impedir ou embaraçar a ação de autoridade judiciária, membro do Conselho Tutelar ou representante do Ministério Público no exercício de função prevista nesta Lei: Pena - detenção de três anos.
 - e) Art. 244. Vender, fornecer, ainda que gratuitamente, ou entregar, de qualquer forma, a criança ou adolescente, fogos de estampido ou de artifício, exceto aqueles que, pelo seu reduzido potencial, sejam incapazes de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida: Pena - detenção de seis meses a dois anos.
- 32.** A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, sendo que, nas disposições preliminares, no artigo 2º, para os efeitos desta lei, considera-se criança e adolescente, respectivamente:
- a) até onze anos de idade completos, entre doze e dezoito anos de idade.
 - b) até doze anos de idade incompletos, entre doze e dezoito anos de idade.
 - c) até doze anos de idade completos, entre treze e dezoito anos de idade.
 - d) até doze anos de idade incompletos, entre doze e dezesseis anos de idade.
 - e) até dez anos de idade completos, entre onze e dezoito anos de idade.

33. Segundo o artigo 4º da Lei nº 8.069/90, “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”. Em relação ao Parágrafo único deste artigo, a garantia da prioridade compreende:

- I. Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- II. Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- III. Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- IV. Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Está CORRETO o que se afirma em:

- a) II e III, apenas.
- b) II e IV, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) I e IV apenas.
- e) I, II, III e IV.

34. Analise a situação-problema abaixo:

João tem 13 anos e mora com os pais em João Pessoa. Todos os anos, no mês de junho, quando a família entra de férias, eles viajam para o interior de Pernambuco para visitar seus familiares. João gosta muito dessas férias e espera que os dias passem bem rápidos para que eles possam viajar novamente. Só que, neste ano, o período de férias de seus pais será diferente, impedindo, assim, que eles façam a viagem. João não se conforma com essa situação e está pedindo aos pais para viajar sozinho.

De acordo com artigo 83 da Lei nº 8.069/90 “Nenhuma criança poderá viajar para fora da comarca onde reside, desacompanhada dos pais ou responsável, sem expressa autorização judicial. No que diz respeito ao parágrafo 1º, a autorização não será exigida quando:

- I. Tratar-se de comarca contígua à da residência da criança, se na mesma unidade da Federação, ou incluída na mesma região metropolitana.
- II. A criança estiver acompanhada de ascendente ou colateral maior, até o quarto grau, comprovado documentalmente o parentesco.
- III. A criança estiver acompanhada de pessoa maior, expressamente autorizada pelo pai, mãe ou responsável.
- IV. A criança estiver acompanhada de ascendente ou colateral maior, até o terceiro grau, comprovado documentalmente o parentesco.

Está CORRETO o que se afirma apenas em:

- a) II e III.
- b) I e IV.
- c) I e II.
- d) III e IV.
- e) I, III e IV.

35. No artigo 112 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, se verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar, ao adolescente, as seguintes medidas:

- I. Obrigação de reparar o dano.
- II. Prestação de serviços à comunidade.
- III. Liberdade assistida.
- IV. Internação em regime de semiliberdade.

Está CORRETO o que se afirma apenas em:

- a) II e III.
- b) II e IV.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) I, III e IV.

36. De acordo com o artigo 132 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente e deverá ter a seguinte composição:

- a) Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha.
- b) Em cada Município haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar composto de 5 (cinco) membros, eleitos pelos cidadãos locais para mandato de 3 (três) anos, permitida 1 (uma) reeleição.
- c) Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 6 (seis) membros, escolhidos pela população local para mandato de 3 (três) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha.
- d) Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 5 (cinco) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha.
- e) Em cada Município haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de 3 (três) anos, permitida 1 (uma) recondução.

37. No artigo 15 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, a criança e o adolescente têm direito à _____, ao respeito e à _____ como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos _____, _____ e _____ garantidos na Constituição e nas Leis.

Assinale a alternativa em que a sequência das palavras completa CORRETAMENTE as lacunas acima:

- a) liberdade, dignidade, civis, humanos, sociais
 - b) liberdade, dignidade, humanos, políticos, sociais.
 - c) opinião, expressão, humanos, políticos, sociais.
 - d) dignidade, liberdade, civis, humanos, sociais.
 - e) opinião, dignidade, civis, humanos, sociais.
38. No artigo 16 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o direito à liberdade compreende, dentre outros, os seguintes aspectos:
- I. Ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais.
 - II. Inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente.
 - III. Opinião e expressão; crença e culto religioso.
 - IV. Participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação; Participar da vida política, na forma da lei.

Está CORRETO o que se afirma apenas em:

- a) I, II e III.
 - b) I, II e IV.
 - c) I, III e IV.
 - d) II, III e IV.
 - e) I e II.
39. Considerando a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, em vigor, em seu Título III, que trata da Prática do Ato Infracional, assinale V, para o que for Verdadeiro, ou F, para o que for Falso.
- () Art. 100. Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.
 - () Art. 103. Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.
 - () Art. 104. São penalmente imputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta Lei.
 - () Art. 105. Ao ato infracional praticado por criança corresponderão as medidas previstas no art. 101.
 - () Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, deve ser considerada a idade do adolescente à data do fato.

A sequência CORRETA para as afirmativas acima é:

- a) V, V, V, F, F.
- b) F, V, F, V, V.
- c) F, V, V, F, V.
- d) V, V, F, F, F.
- e) V, V, F, V, V.

40. Leia o texto a seguir:

Eficácia do Estatuto da Criança e do Adolescente divide opiniões em audiência - Parte dos debatedores defende que o Estatuto estimula crimes, outros afirmam que falta cumpri-lo.

A eficácia do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei 8.069/90) para a punição de crimes cometidos por adolescentes dividiu opiniões em audiência pública na comissão especial que analisa a proposta de redução da maioria penal de 18 para 16 anos (PEC 171/93).

O relator da comissão especial, deputado Laerte Bessa (PR-DF), afirmou que o ECA não funciona. [...] “De quem é a culpa de o sistema ser fracassado no País?”, questionou.

“A culpa se deve à falta de implementação do ECA e à falta de integração entre os órgãos [do Judiciário e do Executivo] prevista na lei”, respondeu a advogada especialista na área de violência e consultora independente do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Karyna Sposato. Ela voltou a destacar que o estatuto já estabelece a responsabilidade penal dos adolescentes entre 12 e 18 anos, com previsão de medidas socioeducativas para o infrator. Porém, na visão dela, o estatuto pode ser melhorado.

Fonte: Disponível em: <<http://www.capitalteresina.com.br/noticias/direitos-humanos/eficacia-do-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-divide-opinioes-em-audiencia-28233.html>>. Acesso em: junho de 2015.

De acordo com o artigo 121 da Lei 8.069/90, a internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Conforme o Parágrafo 3º, deste artigo, em relação ao período máximo de internação, em nenhuma hipótese este não excederá a:

- a) Um ano.
- b) Dois anos.
- c) Dois anos e meio.
- d) Três anos.
- e) Três anos e meio.

41. Conforme a Lei nº 9.394/96 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional), no artigo 4º, o dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

- I. Atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.
- II. Oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando.
- III. Atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.
- IV. Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.

Está CORRETO o que se afirma apenas em:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) I, II e IV.
- e) II, III e IV.

42. Com relação ao artigo 12 da Lei nº 9.394/96, sobre as incumbências dos estabelecimentos de ensino, assinale V, para o que for Verdadeiro, ou F, para o que for Falso:

- () Informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola.
- () Notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei.
- () Articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola.
- () Organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados.
- () Autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino.

A sequência CORRETA para as afirmativas acima é:

- a) V, F, V, V, V.
- b) V, F, V, F, V.
- c) V, F, V, V, F.
- d) V, V, V, F, F.
- e) V, F, F, V, V.

43. De acordo com o artigo 13 da LDB 9.3494/96, é uma das incumbências dos docentes:

- a) Fortalecer os vínculos de família e a formação básica do cidadão.
- b) Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas/aula estabelecidas.
- c) Prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento.
- d) Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento.
- e) Coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação.

44. Com relação ao artigo 37 da LDB nº 9.394/96, analise as afirmativas a seguir:

- I. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.
- II. Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.
- III. Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.
- IV. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.
- V. Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos; e no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

Está CORRETO o que se afirma apenas em:

- a) I e II.
- b) I, III e IV.
- c) II, III e IV.
- d) II, IV e V.
- e) III, IV e V.

45. Conforme o artigo 21 da LDB nº 9.394/96, a educação escolar compõe-se de:

- a) Educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; Educação superior.
- b) Educação básica, formada pelo ensino infantil, ensino fundamental e ensino médio; Educação superior.
- c) Educação básica, formada pelo ensino infantil, ensino fundamental e ensino médio; Ensino superior.
- d) Educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental, educação profissional e ensino médio; Ensino superior.
- e) Educação básica, formada pela educação infantil, educação fundamental, educação profissional e ensino médio; Educação superior.

- 46.** Conforme o artigo 39, parágrafo 2º, da Lei nº 9.394/96, a educação profissional e tecnológica abrangerá os cursos de
- a) formação inicial e continuada ou qualificação profissional; de educação profissional técnica de nível médio; de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.
 - b) formação inicial e continuada ou qualificação profissional; de educação técnica de nível médio; de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.
 - c) formação inicial e continuada ou qualificação profissional; de educação profissional técnica de nível médio; de educação tecnológica de graduação e pós-graduação.
 - d) formação inicial ou qualificação profissional; de educação profissional técnica de nível médio; de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.
 - e) formação inicial e continuada ou qualificação profissional; de educação profissional técnica de nível médio; de educação profissional de graduação e pós-graduação.
- 47.** Correspondendo à nova realidade social e econômica, a LDB 9.394/96 confirma o ensino médio como etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos. De acordo com o art. 35 desta lei, com relação às finalidades definidas para o ensino médio, assinale V, para o que for Verdadeiro, ou F, para o que for Falso:
- () A consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento dos estudos.
 - () O fortalecimento dos vínculos da família, dos laços de solidariedade humana e tolerância recíproca em que se assenta a vida social.
 - () a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade.
 - () O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo.
 - () O aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

A sequência CORRETA para as afirmativas acima é:

- a) V, F, V, V, V.
- b) V, F, V, F, V.
- c) V, F, V, V, F.
- d) V, F, F, F, V.
- e) V, F, F, V, V.

- 48.** Em relação ao Capítulo IV da LDB nº 9.394/96, que trata da Educação Superior, assinale a alternativa CORRETA:
- a) Na educação superior, o ano letivo regular, de acordo com o ano civil, tem, no mínimo, 200 dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.
 - b) Na educação superior, o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, 180 dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.
 - c) É obrigatória a frequência de alunos e professores, independente de realizarem seu curso nos programas de educação a distância.
 - d) Na educação superior, o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, 200 dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.
 - e) Na educação superior, o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, 200 dias de trabalho acadêmico efetivo, incluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.
- 49.** De acordo com o artigo 32 da LDB nº 9.3494/96, o ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo:
- a) O fortalecimento dos vínculos de família.
 - b) O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem.
 - c) A formação básica do cidadão.
 - d) A aquisição de conhecimentos e habilidades.
 - e) O pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo.
- 50.** Levando em consideração o Capítulo II da LDB nº 9.394/96, que trata da Educação Básica, analise as afirmativas abaixo:
- I. O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei.
 - II. O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.
 - III. O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como extensão da aprendizagem.
 - IV. Nos estabelecimentos que adotam a progressão regular por série, o regimento escolar não pode admitir formas de progressão parcial.

Está CORRETO o que se afirma apenas em:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) I, III e IV.
- d) II, III e IV.
- e) II e IV.